

PROCEDIMENTO 6/SGMTSSS/POISE/POAPMC/2022

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA, MANUTENÇÃO E ALUGUER DE 10 MÁQUINAS
DISPENSADORAS/PURIFICADORES DE ÁGUA**

AJUSTE DIRETO REGIME GERAL

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

Cláusula 1.ª	4
Objeto	4
Cláusula 2.ª	4
Forma e Documentos Contratuais	4
Cláusula 3.ª	4
Prazo de vigência	5
Cláusula 4.ª	5
Preço Base	5
Cláusula 5.ª	5
Preço contratual	5
Cláusula 6.ª	5
Condições de pagamento	5
Cláusula 7.ª	6
Atrasos nos Pagamentos	6
Cláusula 8.ª	6
Obrigações do Adjudicatário	6
Cláusula 9.ª	7
Requisitos da Prestação de Serviços	7
Cláusula 10.ª	8
Patentes, Licenças e Marcas Registadas	8
Cláusula 11.ª	8
Gestor do Contrato	8
Cláusula 12.ª	8
Subcontratação	8
Cláusula 13.ª	9
Penalizações	9
Cláusula 14.ª	9
Resolução do Contrato	9
Cláusula 15.ª	10
Fornecimento e Prestação dos Serviços	10
Cláusula 16.ª	10
Comunicações e Notificações	10
Cláusula 17.ª	10
Gestor do Contrato	10

Cláusula 18.^a	10
Foro Competente	10
Cláusula 19.^a	12
Legislação Aplicável	12

Cláusula 1.ª

Objeto

1 – O presente procedimento tem como objeto ***Aquisição de Serviços de Assistência, Manutenção e Aluguer de 10 Máquinas Dispensadoras/Purificadores de Água*** para as instalações do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE) e Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carentes (PO APMC).

2 - A prestação de serviços tem lugar, nas instalações do PO ISE e PO APMC, sitas a esta data na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, nº 86 2º Andar, em Lisboa, e Praceta da Cooperativa A Realidade, Nº 17, em S Mamede Infesta, ou outro acordar pelas partes.

Cláusula 2.ª

Forma e Documentos Contratuais

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) O suprimento dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceite pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela entidade adjudicatária.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.ª

Prazo de vigência

1. O contrato inicia-se com a comunicação do compromisso e vigora **até 31 de dezembro de 2023**.
2. Os purificadores deverão ser instalados no prazo máximo de 2 dias úteis, após a comunicação do compromisso.

Cláusula 4.ª

Preço Base

- 1 - O preço base do presente procedimento é de **5.520€ (cinco mil quinhentos e vinte euros)**, ao qual será acrescido o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), à taxa legal em vigor.

Cláusula 5.ª

Preço contratual

3. Pela prestação dos serviços e fornecimento objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar à Entidade Adjudicatária o preço constante da **proposta adjudicada**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
4. O preço referido no número anterior deve incluir todos os custos e encargos, nomeadamente as despesas com deslocações, alojamento, alimentação, meios humanos e técnicos e equipamentos afetos à prestação dos serviços.
5. Não há lugar a revisão ou a atualização do preço contratual durante a execução do contrato.

Cláusula 6.ª

Condições de pagamento

- 1 - A Entidade Adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento da prestação dos serviços objeto do contrato.
- 2- As faturas só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 3 - As faturas são liquidadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva receção e desde que verificados os pressupostos necessários para o efeito.

4 - As faturas devem discriminar os serviços a que se reportam e o número de compromisso financeiro associado, o qual será indicado pela entidade adjudicante, sob pena de devolução das mesmas.

5 - Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a aceitação da fatura por parte da Autoridade de Gestão do PO ISE.

6 - Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias pela Entidade Adjudicante é aplicável o disposto nos artigos 299.º, 299-Aº e 326.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.

7 - Nas condições de pagamento a apresentar pela Entidade Adjudicatária não podem ser propostos quaisquer adiantamentos.

8 - As faturas deverão ser emitidas em nome da Secretaria-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), com o NIF 600081966 e remetidas apenas por via eletrónica, para o seguinte endereço: gestao.institucional@poise.portugal2020.pt mencionando o número de compromisso indicado no contrato.

Cláusula 7.ª

Atrasos nos Pagamentos

Em caso de atraso no cumprimento das obrigações de pagamento do preço contratual por parte da entidade adjudicante, a entidade adjudicatária tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora.

Cláusula 8.ª

Obrigações do Adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
 - a) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados para a execução dos serviços e fornecimento dos bens;
 - b) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado;

- c) Comunicar qualquer facto que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
 - d) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
 - e) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
 - f) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como ministrar todos os conhecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias.
3. A título acessório, a entidade adjudicatária fica ainda obrigada, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, e materiais que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 9.ª

Requisitos da prestação de serviços

1. A Entidade Adjudicatária obriga-se a prestar todos os serviços adstritos ao bom funcionamento dos aparelhos nomeadamente:
 - a) Garantir a instalação dos equipamentos purificadores de água por técnicos devidamente credenciados, de acordo com as especificações constantes do Anexo I deste caderno de Encargos;
 - b) Garantir o fornecimento de todo o material necessário para a instalação dos equipamentos;
 - c) Instalar os equipamentos nos locais indicados pelo adjudicante, e garantir todos os acabamentos necessários para não alterar as características do edifício;
 - d) Disponibilizar técnicos num prazo máximo de 48 horas para reparação e/ou substituição de qualquer umas das máquinas, em caso de mau funcionamento ou avaria, sempre que comunicado e solicitado pelo adjudicante;

- e) Garantir os serviços de limpeza e higienização das máquinas, com periodicidade anual nomeadamente a substituição de filtros.

Cláusula 10.ª

Patentes, Licenças e Marcas Registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Cláusula 11.ª

Gestor do Contrato

1. A execução do contrato de cada lote é acompanhada permanentemente por um gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante, de acordo com estipulado no artigo 290-A do CCP.
2. O gestor do contrato exerce as funções previstas no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 12.ª

Subcontratação

1. O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode contratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia, por escrito, da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.
4. A entidade adjudicante reserva-se o direito de ordenar a substituição de qualquer entidade subcontratada, no caso de se verificar a falta de garantia de boa execução dos serviços que lhe foram cometidos ou, ainda, no caso em que o seu comportamento possa comprometer o bom andamento ou a boa execução dos serviços.

Cláusula 13.ª

Penalidades contratuais

1. No caso de atraso na conclusão da prestação de serviços contratada, por razões imputáveis à Entidade Adjudicatária, que não resultem de motivos devidamente fundamentados e sujeitos a apreciação da Entidade Adjudicante, será aplicada uma penalidade diária calculada nos seguintes termos: $P = V \times A/100$

Em que:

P = Penalidade;

V = preço contratual;

A = dias de atraso, incluindo sábados, domingos e feriados.

2. A Entidade Adjudicante notifica a Entidade Adjudicatária da intenção de aplicar as penalidades previstas no caderno de encargos, indicando os respetivos fundamentos e conferindo prazo não inferior a 10 (dez) dias para se pronunciar sobre essa intenção.

3. Findo o prazo previsto no número anterior ou apreciada a pronúncia da Entidade Adjudicatária, a Entidade Adjudicante decide sobre a aplicação de penalidades.

4. A decisão de aplicação de penalidades é notificada à Entidade Adjudicatária, acompanhada dos respetivos fundamentos.

Cláusula 14.ª

Resolução do contrato

1. A Entidade Adjudicante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento pelo Adjudicatário das obrigações enunciadas na cláusula xxxx do presente caderno de encargos;
- b) Se a entidade Adjudicatária incorrer em situação de insolvência, liquidação, cessação de atividade de marca ou da licença de comercialização;
- c) Incumprimento pela Entidade Adjudicatária das suas obrigações relativamente a importâncias devidas à Administração Fiscal ou à Segurança Social, nos termos das disposições legais;
- d) Perda pela Entidade Adjudicatária do registo de marca ou da licença de comercialização;
- e) No caso da Entidade Adjudicatária ceder a respetiva posição contratual a terceiro ou celebrar qualquer subcontrato sem autorização prévia da Entidade Adjudicante.

2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 15.ª

Fornecimento dos Bens e Prestação dos Serviços

1. O local da prestação de serviços é o edifício do PO ISE e PO APMC, localizado na Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 86 1070-165 Lisboa, onde serão colocadas 8 máquinas e Praceta da Cooperativa A Realidade, Nº 17, em S Mamede Infesta, onde serão colocadas 2 máquinas.

Cláusula 16.ª

Comunicações e Notificações

Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato a celebrar, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede de cada uma das partes.

Cláusula 17.ª

Gestor do Contrato

- 1 – A execução do contrato é acompanhada permanentemente por um gestor do contrato designado pela Entidade Adjudicante, de acordo com estipulado no artigo 290-A.ª do CCP, aquando da aprovação da minuta do contrato.
- 2 – O gestor do contrato exerce as funções previstas no artigo 290-A.ª do CCP.

Cláusula 18.ª

Foro Competente

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 19.ª

Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes na legislação portuguesa.

Anexo I

Especificações Técnicas mínimas

- Instalação de 10 máquinas, ligadas diretamente à rede de abastecimento de água, com as especificações identificadas no quadro infra.

Informação Geral	
Dimensões	L 34cm x P 41cm x 104 cm
Ligação Água	1/4"
Temperatura água fria	5 - 8º C
Temperatura água quente	87º C
Peso	29 Kg
Corrente Elétrica	230 Volt / 50 Hz
Control	680 W
Potência da Resistência	500/800W
Caudal Água	1,5 l
Filtro Carvão	Sim